



PRINCIPAIS DADOS

LOGÍSTICA URBANA
Restrições aos Caminhões?

Estudo da CNT revela dificuldades do transporte de cargas em centros urbanos

Análise em sete regiões metropolitanas indica falta de planejamento, grande diversidade de restrições ao trânsito de caminhões, ausência ou precariedade da sinalização e da fiscalização, entre outros problemas que aumentam o custo operacional e reduzem a qualidade do serviço.

A CNT (Confederação Nacional do Transporte) divulgou hoje (16/4) o estudo “Logística Urbana: Restrições aos Caminhões?”, no qual são analisadas as condições do transporte de carga em sete regiões metropolitanas do país: São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Porto Alegre (RS), Goiânia (GO), Recife (PE) e Manaus (AM).

Os resultados mostram que a urbanização acelerada do Brasil, nas últimas décadas, trouxe complexidade e desafios para a logística de abastecimento das cidades onde vive 84% da população brasileira e circulam 96,7 milhões de veículos automotores.

Nesse cenário, transportadores, gestores públicos e empresários lidam com variados graus de dificuldade para melhorar o transporte de cargas em centros urbanos. É preciso compatibilizar as demandas do comércio e do setor de serviços com a variedade e o volume crescente de consumo da população e, ainda, com a necessidade de melhorar a qualidade de vida nas cidades, reduzindo os congestionamentos e a poluição ambiental.

O estudo constatou uma variedade de regras e de restrições à circulação de caminhões em centros urbanos, somada a problemas de infraestrutura, sinalização e fiscalização, entre outras deficiências que têm impacto sobre a atividade transportadora. Isso dificulta o planejamento do transporte de cargas, aumenta os custos operacionais e diminui a qualidade dos serviços de abastecimento das cidades.

Para a Confederação Nacional do Transporte, é preciso aprimorar as políticas públicas de trânsito, investir em infraestrutura, sinalização e fiscalização, ampliar vagas de carga e descarga e aumentar a segurança nas cidades, entre outras providências para que o transporte de mercadorias em centros urbanos seja mais rápido, eficiente e de baixo custo.

Principais barreiras

Veja quais foram os problemas mais comuns encontrados pelos técnicos da CNT ao estudarem as condições do transporte de cargas nas cidades que compõem as sete regiões metropolitanas analisadas:

- **Falta de planejamento.** Na maioria dos casos, os municípios implantam restrições ao transporte de carga sem dialogar com os setores envolvidos e sem integrar suas regras de trânsito com as normas de transporte dos demais municípios da região. Além disso, muitos municípios criam legislações para o transporte de cargas, mas não as divulgam ou não colocam as regras em prática.
- **Carência de dados e estudos para embasar políticas públicas de transporte de cargas em áreas urbanas.** Esse problema está associado a uma ideia simplista de que a mera proibição ao trânsito de caminhões em determinadas zonas e vias resolveria os problemas de congestionamentos, poluição, etc.
- **Grande variação de regras de restrição ao transporte de carga** dentro de um mesmo município ou em relação aos outros municípios que integram a região metropolitana. As regras mudam de um bairro para o outro, de um município para o outro, dificultando o planejamento do transporte de cargas.

- **Proibições de trânsito em dias e horários determinados** obrigam os caminhões de carga a circular nas chamadas “janelas horárias”. Esse modelo de restrição dificulta o planejamento das entregas por razões, como congestionamentos e condições de recebimento de cargas. O comércio, em especial os supermercados e shoppings, adota critérios próprios de recebimento de carga que, muitas vezes, não são compatíveis ou entram em conflito com as restrições determinadas pelo poder público.
- **Falta de sinalização**; sinalização precária ou mesmo em contradição com o normativo sobre o transporte de cargas.
- **Fiscalização de trânsito insuficiente** para garantir o cumprimento das regras e a fluidez do transporte de cargas.
- **Baixa oferta de vagas de carga e descarga** e ocupação indevida dessas vagas por outros tipos de veículos.
- **Aumento do número de viagens** devido à imposição de uso de veículos menores.
- **Falta de locais adequados e seguros de parada e descanso** para motoristas que aguardam para entrar em cidades em períodos de restrição. Esse é um problema que tem agravado a insegurança sofrida pelos transportadores, sendo o roubo de cargas o tipo de ocorrência mais comum.
- **Baixo investimento em obras de infraestrutura, principalmente em anéis viários.**

Consequências

Os problemas encontrados pela CNT têm forte impacto nos custos e na qualidade do serviço de transporte de cargas em áreas urbanas conforme descrito a seguir:

- **Aumento dos custos operacionais do transporte rodoviário de carga.** Em alguns casos, as barreiras encontradas pelos transportadores têm gerado taxas extras que incidem sobre o preço do frete. Dois exemplos são a Taxa de Dificuldade de Entrega (TDE), negociada a partir de um piso de 20% sobre o valor do frete; e a Taxa de Restrição do Trânsito (TRT), calculada em 15% do frete.
- **Baixa previsibilidade da entrega de mercadorias.** Além dos congestionamentos e das retenções de trânsito, muitas vezes, o planejamento do transportador é alterado de forma imprevisível devido à falta de clareza e de transparência sobre as restrições ao transporte de carga.
- **Aumento da emissão de poluentes e ruídos.** Restrições mal planejadas podem acarretar congestionamentos, filas de descarga, aumento do número de viagens, rotas mais longas e inadequadas e outros transtornos que aumentam os ruídos produzidos pelo trânsito e a emissão de gases poluentes na atmosfera.
- **Riscos de acidentes.** Sinalização deficiente ou mesmo ausência de sinalização, janela de horário noturna e outras restrições são fatores que elevam o risco de acidentes.

Principais soluções apontadas pela CNT

- **Aprimorar as políticas públicas e o planejamento.** Incluir o transporte de carga no planejamento urbano e nas políticas de trânsito, integrando todos os municípios das regiões metropolitanas; realizar gestão democrática e ampliar o controle social de todos os setores interessados: transportadores, embarcadores, compradores, fabricantes, distribuidores, empresas de Transporte Rodoviário de Carga - TRC, Transportadores Autônomos de Carga - TAC, operadores logísticos, atacadistas, varejistas e consumidores finais.
- **Melhorar a sinalização e a fiscalização de trânsito.** Divulgar, dar mais clareza e visibilidade às restrições ao transporte de carga, divulgar rotas alternativas e ampliar a fiscalização, especialmente nas áreas de carga e descarga.
- **Ampliar a oferta de vagas de carga e descarga** e as janelas horárias para entregas e coletas.
- **Aumentar a segurança.** Ampliar a oferta de locais de parada e descanso associados a centros de distribuição de mercadorias.
- **Ampliar o investimento em infraestrutura.** Realizar obras de manutenção e de expansão da infraestrutura urbana, especialmente em anéis rodoviários.

Assessoria de Imprensa da CNT

imprensa@cnt.org.br

(61) 2196 - 5875 e 2601-5729

WhatsApp: (61) 9215-0744

PRINCIPAIS DADOS

LOGÍSTICA URBANA
Restrições aos Caminhões?